

# ALTERNATIVAS PARA INCLUSÃO SOCIAL POR MEIO DO TURISMO NO BAIRRO DE SANTA FELICIDADE

LEONARDO RAVAGLIA FERREIRA GONÇALVES<sup>1</sup>

## Resumo

O tema central do presente artigo é a inclusão social por meio do turismo. Fazemos uma análise da atual situação que se encontra o turismo no bairro de Santa Felicidade, em Curitiba - Paraná - Brasil, procurando, através desta, alternativas para que haja uma maior inclusão social, expressão esta que também será analisada ao longo do trabalho. Apóia-se em dados gerados através de pesquisa de campo, onde tais alternativas serão explicitadas e devidamente explicadas para um melhor embasamento prático. Além deste objetivo maior, temos como objetivos específicos ter uma melhor noção do impacto do turismo para uma comunidade local, encontrar soluções para que esta comunidade participe do fenômeno turístico e conhecer a realidade do turismo em Santa Felicidade por diversas óticas: a do empresário, a do poder público e da comunidade, principalmente. Além disso, procuraremos encontrar e entender os empecilhos que tornam a inclusão social tão difícil, mesmo em um bairro com uma consolidação maior em seu fluxo de visitantes.

Para alcançar os objetivos propostos, foram realizados diversos tipos de pesquisa: entrevistas com a Fundação de Ação Social, Instituto Municipal de Turismo de Curitiba, Associação Comercial e Industrial de Santa Felicidade; pesquisa de campo com moradores do bairro, com aplicação de 60 questionários por meio de amostragem probabilística; e pesquisas bibliográfica e documental em livros, periódicos, arquivos eletrônicos, teses de mestrado, entre outros. Com isto, procurou-se fontes de diversas áreas com o intuito de se ter um caráter multidisciplinar, a fim de estudar e analisar melhor como o turismo pode beneficiar uma comunidade urbana e como tal questão é tratada no bairro de Santa Felicidade, além de ver a percepção dos moradores do bairro em relação ao turismo no local.

Apesar de que alguns dos resultados obtidos na pesquisa já fossem esperados, houveram algumas surpresas que chamaram a atenção durante o processo. A percepção de Santa Felicidade pelos próprios moradores como sendo um bairro segregado e violento foi uma destas surpresas. Há certa reclamação dos moradores do bairro não pertencentes às famílias dos antigos colonos da região contra a discriminação destes com o resto da população de Santa Felicidade, o que atrapalha uma maior participação de toda a população no dia-a-dia no bairro. A atividade turística não é uma unanimidade no bairro, principalmente entre os não-descendentes de italianos, já que muitos simplesmente não se vêm beneficiados com o turismo. Outro problema é a falta de infra-estrutura em vários pontos do bairro, o que ajuda a gerar mais antipatia contra os filhos de colonos que, em sua grande maioria, vivem na região central de Santa Felicidade, que possui boa infra-estrutura.

A importância dessa discussão acerca o turismo como ferramenta de inclusão social mostra-se de grande relevância para o conhecimento geográfico, principalmente e logicamente nas discussões sobre a geografia do turismo, até como uma forma de se colocar em prática todo o conhecimento empírico e teórico acumulado sobre tal assunto. Ao longo do artigo veremos que tal conhecimento encontra-se espalhado em diversas áreas, além da própria geografia do

---

Eixo temático do presente artigo: Mobilidade da população e identidade cultural

<sup>1</sup> Turismólogo, Mestrando em Geografia –UFPR, e-mail: leonardorgf@gmail.com

turismo, mostrando que uma discussão inter, trans e multidisciplinar sobre o tema faz-se necessário. Para a geografia, é interessante ressaltar a problemática da (des)territorialização no bairro, onde o turismo influencia diretamente para o fenômeno, principalmente no tocante aos moradores das vilas (comunidades de baixa renda com pouca infra-estrutura urbana) e suas percepções enquanto partes integrantes deste território.

**Palavras-chave:** inclusão social, turismo, Santa Felicidade, territorialização.

## INCLUSÃO SOCIAL E TURISMO

A discussão sobre o que é e como se pode fazer a "inclusão social" vem, ao longo dos anos, dividindo opiniões de sociólogos, administradores públicos e, também, turismólogos e geógrafos.

Para NASCIMENTO E SILVA (2004, p. 1), a inclusão social seria "o processo de incluir no ambiente social todos aqueles que se encontram, por algum motivo, excluídos da sociedade. Essa inclusão deve considerar os aspectos econômicos, culturais, políticos, ambientais, entre outros". Para LANDIM (2003), "a perda do direito à segurança alimentar é considerada a mais extrema e cruel das exclusões, pois vem sempre acrescida das demais exclusões, tais como: saúde, educação, habitação, cultura, meio ambiente, lazer e turismo". Estas idéias são bastante oportunas, já que inclusão social não significa simplesmente tirar o menos favorecido da miséria fornecendo-lhe renda.

Tal definição dá a real dimensão da dificuldade de se inserir socialmente determinada população, já que não são poucos os aspectos a serem considerados e analisados para fazer com que este objetivo seja alcançado em uma comunidade. Não é apenas um emprego ou um bom salário que caracteriza que tal pessoa está incluída socialmente. O direito de participar da política local, o acesso às artes e cultura, a liberdade e o direito a livre manifestação são alguns dos direitos que são necessários para que a população seja e se sinta incluída socialmente.

As dificuldades enfrentadas pela massa de excluídos são muito mais profundas, com certas idéias e conceitos enraizados especialmente na cultura brasileira. Logicamente, a cultura brasileira não pode ser considerada a única com tais idéias ditas "antiquadas", mas é um dos casos mais gritantes, vide preconceitos diversos e frases que tomam o sentido de "verdade absoluta". Idéias como "pobre não sabe votar" ou "pobre não tem cultura" mostram claramente esta idéia<sup>2</sup>.

Uma das idéias postas como "antiquadas" vistas é a de que a pobreza é a geradora da insuficiência de renda, para não dizer que uma seja sinônimo da outra. Para DEMO (1997, p. 96), essas afirmações escondem dois equívocos principais: que essas confundem "causa com decorrência" e que elas apenas se bastam "com o contexto de mercado, deixando de lado o cenário político da pobreza". A insuficiência de renda não é algo que sempre existiu, como se fosse um fenômeno dado, mas sim uma característica produzida ao longo da história pelos homens, que foram definindo seus valores e prioridades ao longo dos séculos.

Cita-se como exemplo desta teoria os inúmeros tipos de incentivo dados por parte dos órgãos públicos de certas localidades para fazer com que os empresários, não necessariamente da área de turismo, se instalem na região e assim "gerem renda e emprego à população". Muitas vezes o que ocorre é a reserva de vagas de menor qualificação para a população local,

---

<sup>2</sup> DEMO (1997)

sendo que as vagas para pessoas mais qualificadas, com salários maiores, vão para pessoas de fora da região. Com vagas menos qualificadas, praticamente a população local fica "engessada" para poder progredir economicamente. Devemos ressaltar que, mesmo com os impostos que tais empresas geram, muitas vezes esta verba não se converte em benefícios para a população. A Organização Mundial de Turismo (2003) coloca que :

A geração de benefícios econômicos às comunidades e aos residentes locais pode ser limitada caso muitas pessoas de fora estejam empregadas no turismo e os empreendimentos turísticos sejam, em sua maioria, de propriedade ou administrados por pessoas de fora. Haverá também perda econômica se a maioria dos produtos utilizados no turismo for importada de outra região, embora a importação de mercadorias e serviços possa ser necessária em alguns lugares que disponham de poucos recursos locais.

Vê-se assim que vontade política e visão estratégica são essenciais na inclusão social que, ante a sua enorme complexidade, necessitaria de várias medidas políticas para ocorrer, variando conforme cada situação encontrada.

A exclusão social política pode ser considerada um dos piores tipos de exclusões, já que esta seria vista como causa para outras exclusões, econômica, cultural, ambiental. Infelizmente, a manutenção desta "marcha de excluídos" faz-se necessária para muitos políticos, que encontram na pessoa sem instrução uma oportunidade de conseguir vantagens para benefício próprio e/ou de seus partidos políticos, utilizando-o inclusive na angariação do maior número de votos para continuar na manutenção do poder.

Uma pessoa excluída socialmente tende a ser mais suscetível a problemas urbanos, como a violência, onde a perpetuação desta situação se torna evidente se nem governo nem sociedade ajudarem a esta pessoa a superar tais problemas. Ou seja, o problema da pobreza, se não atacado, gera e/ou potencializa vários outros problemas, prejudicando a todos de uma sociedade. SILVA (2004) mostra a realidade do Rio de Janeiro, conhecida em todo o mundo pela pobreza e violência nas favelas.

Actualmente, las favelas de Río tienen una tercera o cuarta generación de habitantes y por ello, hay muchos jóvenes con severos problemas de falta de oportunidades y marginalización; no tienen empleos, no acceden a educación de calidad, no cuentan con medios de seguridad social, etc. Al no existir fuentes de trabajo dignas, la sociedad carece de la vía más estable y segura para la integración de las personas. Es necesario crear alternativas de empleo para todos y generar nuevas oportunidades, en el marco de una política de seguridad social integral, desde la perspectiva de los derechos de las personas y las comunidades.

O turismo, como grande atividade geradora de empregos e distribuidora de renda que é, possui amplo potencial social, ou seja, possui grande capacidade para melhorar a qualidade de vida da população local. Da mesma forma, esta atividade pode interagir com outras áreas da economia de forma negativa se não for bem trabalhada, trazendo inclusive prejuízos para a população local.

A parceria com a população local faz-se necessária ao longo do planejamento, afinal serão os principais afetados com as medidas tomadas de acordo com o plano desenvolvimento turístico local. MAGALHÃES (2002), a respeito do assunto coloca o seguinte comentário:

O primeiro trabalho de campo (na formulação de um plano de desenvolvimento turístico local) deverá ser dirigido ao reconhecimento geral do município e ao estabelecimento de contato com a prefeitura para definição de estratégias de aproximação com a comunidade. Entre as metas a serem estabelecidas para tal, devem ser incluídas as seguintes: reuniões entre lideranças comunitárias e os técnicos; indicação de pessoas influentes e antigas na cidade para conversas

informais; indicação de moradores antigos para acompanhar os técnicos no levantamento e avaliação dos atrativos; visitas às escolas, às fazendas na zona rural, aos distritos e às autoridades religiosas.

Além dessa parceria com a população local, o uso de ONGs (organização não-governamental) para operacionalizar o planejamento turístico também pode ser feito. ONG, segundo MONTENEGRO (1994) é um tipo particular de organização privada que não depende "nem econômica nem institucionalmente do Estado, que se dedica a tarefas de promoção social, educação, comunicação e investigação/experimentação, sem fins de lucro e cujo objetivo final é a melhoria da qualidade de vida dos setores mais oprimidos". As ONGs podem ou não trabalhar com o dinheiro do estado, por meio do chamado "termo de parceria", que é o acordo formal feito entre a ONG e o órgão contratante, governamental ou não.

## **O BAIRRO DE SANTA FELICIDADE**

Santa Felicidade nasceu por volta de 1878 com a instalação de 15 famílias italianas, oriundas da região de Vêneto, na Itália, que vinham de outras colônias no litoral do Paraná. Estas famílias compraram o terreno, na época pertencente a três irmãos de sobrenome Borges com uma solicitação: "que o núcleo colonial passasse a chamar Felicidade. Segundo o padre Maximiliano Sanavio, vigário local, 'os italianos' por serem católicos acrescentaram a palavra santa ao nome sugerido pelos brasileiros" (KLUGE, 1996), daí o nome Santa Felicidade.

A instalação na região foi até certo modo vantajosa, pois as famílias tinham à disposição terras férteis e bom clima para prosperar na América. Além disso, vivia-se uma época de migrações européias nos arredores de Curitiba, com a fundação de várias colônias, como o Pilarzinho, Santa Cândida, Abranches, entre outros. Boa parte das colônias era formada por imigrantes poloneses, sendo Santa Felicidade uma exceção. A cidade de Curitiba, na época, era uma cidade sem maior destaque perante outras cidades paranaenses como Paranaguá ou Guarapuava.

No caso de Santa Felicidade, o que se via era uma economia baseada na agricultura para auto-abastecimento e no comércio com Curitiba. Ressalta-se que esta colônia, juntamente com as outras ao redor de Curitiba, eram responsáveis por boa parte do abastecimento da capital. Na estrada que ligava a colônia à cidade, via-se intenso trânsito de carroças, mostrando a força do comércio local. Esse intenso trabalho dos imigrantes italianos fez com que boa parte das famílias acumulassem razoável patrimônio, fazendo com que a colônia fosse vista como exemplo de modelo de colônia italiana no Paraná.

Em 25 de março de 1916 a colônia é elevada à categoria de distrito de Curitiba através da Lei Estadual nº 1581 (BALHANA, 1958), mostrando a consolidação da colônia e sua importância para a economia regional. Até 1950, o agora distrito experimenta um período de consolidação, com melhora na qualidade de vida de seus 4 mil habitantes e grande exploração agrícola do solo. Após 1950, o distrito começa a criar novos tipos de serviços, devido à crescente oferta de trabalho e à proximidade com Curitiba, aprimorando seu artesanato, redistribuindo terras em vista de uma expansão comercial, investindo na melhora de seu vinho e na própria cozinha italiana. Surgem novos estabelecimentos, entre eles vários dos restaurantes de hoje. A população vai de 6.839 habitantes em 1960 para 16.753 em 1970. A ex-colônia teve que se adaptar aos novos migrantes e vice-versa.

O hoje bairro de Santa Felicidade está situado na região noroeste de Curitiba, capital do estado do Paraná, a cerca de 7 quilômetros do centro da cidade, fazendo divisa com os bairros Butiatuvinha, Lamenha Pequena, São Braz, São João, Santo Inácio e Cascatinha, além do município de Campo Magro. Com forte presença de imigrantes italianos, Santa Felicidade

é um bairro famoso por seus restaurantes e por sua cultura italiana. Seus atrativos se encontram em sua maioria ao redor da Avenida Manoel Ribas, considerado o "centro de Santa Felicidade".

Segundo o Censo Demográfico do ano 2000 (IBGE), Santa Felicidade possui cerca de 25.209 habitantes, 1,59% da população total de Curitiba, onde 48,22% são do sexo masculino e 51,78% do feminino. O crescimento populacional anual entre 1996 e 2000 foi de 2,15%, enquanto em Curitiba foi de 2,82%.

A quantidade de área verde por habitante é uma das maiores da capital, cerca de 106,67 m<sup>2</sup> por habitante<sup>3</sup>, ou 20,12% do bairro, perfazendo uma área total de 3.580.038,15 m<sup>2</sup> de área verde no local. É uma região com várias áreas protegidas, por conter grande quantidade de mananciais. Apesar disso, o bairro não possui parques, apenas um bosque, o São Cristóvão, também chamado Bosque Italiano. A área total do bairro é de 12.274.000 m<sup>2</sup>, o que corresponde a 2,84% de Curitiba (IPPUC, 2004).

Apesar de atrair grande fluxo de visitantes anualmente, o bairro de Santa Felicidade não possui dados socioeconômicos muito melhores dos de Curitiba, em média. A renda média das pessoas do bairro é de 8,71 salários mínimos, abaixo da média de Curitiba, de 9,48, em 2000. Mora em cada domicílio de Santa Felicidade a média de 3,44 pessoas (há 7.328 domicílios no bairro), acima da média de Curitiba de 3,31. Essas pessoas possuem a disposição no bairro cinco agências bancárias, 780 pontos de comércio (41,34% do total das atividades econômicas do bairro), 184 indústrias (com destaque para as de construção, com 53 indústrias; fabricação de móveis, com 22; e fabricação de máquinas, com 20) e 615 pontos de serviço, além de 3 pontos de agropecuária (IPPUC, 2004).

Como equipamentos sociais fornecidos pelos governos municipal e estadual, o bairro conta com três bibliotecas (sendo duas do projeto Farol do Saber), duas creches (nenhuma comunitária, sendo que em Curitiba há 78 destas), um Liceu de Ofício, um abrigo, cinco escolas estaduais, três escolas municipais, um hospital, duas unidades municipais de saúde básica (não há unidades de saúde 24 horas) e uma filial da Rua da Cidadania, com diversos outros serviços, principalmente da prefeitura. O Colégio Estadual Pinheiro do Paraná, localizado no Jardim Pinheiros, oferece também um curso técnico profissionalizante em Turismo, instalado no início do ano de 2005, com duração de três semestres no período noturno e ministrado de forma gratuita, sendo um importante passo para a inclusão social através do turismo no bairro.

O bairro ainda possui graves problemas de infra-estrutura, tendo "problemas de iluminação e saneamento básico; onde a rede de esgotos atinge somente a Avenida Manoel Ribas" (KLUGE, 1996). Com isso, pode-se dizer claramente que há uma subdivisão socioeconômica no bairro, com população bastante heterogênea: o centro (Av. Manoel Ribas e entorno, antiga delimitação do centro da colônia) e a periferia (com infra-estrutura mais limitada, formada basicamente por não descendentes dos antigos colonizadores).

Na região do entorno da Av. Manoel Ribas, as antigas chácaras cederam espaço para condomínios horizontais de classe média, povoados principalmente por curitibanos de outras regiões e imigrantes paulistas. Na periferia do bairro surgem os loteamentos populares como o Jardim Pinheiros e o Jardim Ipê, contrastando muito com o centro de Santa Felicidade.

No dia 10/07/2005, o atual prefeito de Curitiba, Sr. Beto Richa, afirmou em visita à Santa Felicidade que o bairro era o "segundo maior pólo turístico do Paraná". O que se sabe a respeito é que os restaurantes de Santa Felicidade servem cerca de 160.000 refeições por mês, sendo que 54% destas são servidos para curitibanos, 18% para paranaenses de outras regiões, 25% para pessoas de outros estados e 3% para estrangeiros (ACISF, 2005). O que chama a atenção nesses restaurantes é o gigantismo de alguns e o fato de muitos desses pertencer a

---

<sup>3</sup> Em Curitiba há 39,67 m<sup>2</sup> de área verde por habitante (IBGE, 2000).

poucas famílias. Alguns dos principais restaurantes italianos do bairro são: Iguazu Ristorante (o mais antigo ainda existente no bairro, com 500 lugares), Dom Antônio (com 2000 lugares), Família Fadanelli (270 lugares), Novo Madalosso (4.645 lugares e 7.671 m<sup>2</sup> de área total, considerado o 2º maior do mundo pelo Guinness Book of Records 2005), Velho Madalosso (320 lugares), Veneza e San Remo.

É interessante ressaltar que a família Madalosso é dona dos Restaurantes Velho Madalosso, Novo Madalosso, Família Fadanelli e Dom Antônio, apesar de não fazer parte do antigo grupo de colonos de Santa Felicidade. A família migrou para a antiga colônia em meados de 1949, vindos do Rio Grande do Sul. Empreendimentos como o Toscana, Santa República e Challet Suisse também não são de antigos colonos do bairro, além de destoar um pouco com a proposta de bairro italiano do local.

Os principais restaurantes geram cerca de 1.500 empregos diretos e possuem faturamento mensal médio de R\$ 5,1 milhões de reais. Além disso, as festas típicas anuais, como a Festa do Frango, Polenta e Vinho, recebem anualmente cerca de 75.000 visitantes. O cemitério do bairro, famoso por suas 18 capelas em estilo neoclássico de 1886 e tombado pelo IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional) em 1977, juntamente com as igrejas do bairro (incluindo a Igreja de Santa Felicidade, fundada em 1882 e com arquitetura romana) recebem cerca de 12.000 visitantes por mês (ACISF, 2005).

Além desses atrativos, é considerado como pertencente ao produto turístico de Santa Felicidade pela importância histórica e/ou cultural o Bosque Italiano (com arcadas que lembram antigas construções romanas, palco coberto, churrasqueiras e pavilhão para as festas do bairro), o Colégio Imaculada Conceição (construção de 1900) e a Casa Culpí (moradia da Família Culpí em 1897, onde hoje funciona o Memorial da Imigração Italiana. Apesar de se localizar no bairro vizinho do Butiatuvinha, a casa por sua proximidade insere-se no produto turístico Santa Felicidade).

De acordo com esses dados, nota-se que a atividade turística é de grande importância para muitos de seus moradores, não só com os empregos diretos, mas também com os indiretos, já que muito da infra-estrutura do bairro foi conseguido graças à importância que possui no cenário turístico de Curitiba e do Paraná. Hoje em dia, Santa Felicidade é visto como um bairro auto-sustentável em praticamente tudo, com um forte comércio e amplos serviços. O turismo não foi único responsável para que isso ocorra, mas desempenhou papel de destaque nessa história.

É grande a importância de Santa Felicidade para Curitiba. Na primeira metade do século XX era uma das grandes responsáveis pelo abastecimento alimentar de Curitiba, com a produção e venda de diversos alimentos. Hoje, é pólo de uma das nove regionais administrativas da cidade, aglutinando 13 bairros e população estimada em 129.795 habitantes (IBGE, 2000), conta boa infra-estrutura que atende também os bairros vizinhos e ajuda na captação de turistas para Curitiba, sendo mais uma opção de passeio oferecido na cidade.

Diante dessa realidade, a Linha Turismo, serviço de ônibus coletivo da prefeitura que percorre 25 pontos turísticos de Curitiba, inclui em seu percurso, percorrido em cerca de 2:30, o bairro de Santa Felicidade. A frequência de ônibus é de 30 em 30 minutos percorrendo os atrativos. Assim, o turista tem a oportunidade de descer do ônibus e consumir em Santa Felicidade, o que ajuda em sua divulgação.

A tradição do bairro faz de Santa Felicidade um destino consolidado de Curitiba, sendo referência tanto para turistas quanto para visitantes de outras partes da cidade, fazendo com que o fluxo de pessoas em busca dos famosos restaurantes aumente cada vez mais. Arelada ao turismo, a produção de vinhos do bairro, bem como a produção de móveis, têm seu desempenho de vendas alavancado muito por causa do fenômeno turístico no bairro.

Assim sendo, foi fundado em 21 de abril de 1987 a Associação dos Comerciantes e Industriários de Santa Felicidade (ACISF), uma associação civil sem fins lucrativos, com

personalidade jurídica distinta de seus associados. Possui como objetivos sociais a defesa das atividades empresariais dos associados e o fortalecimento do regime econômico de mercado da região, assistindo e representando os associados judicial ou extra judicialmente, de acordo com o estatuto da associação. Atualmente, a ACISF congrega boa parte do *trade* turístico do bairro e possui boa força política para lutar junto à prefeitura em busca das benfeitorias que os associados julgam necessárias.

## **PESQUISAS REALIZADAS E RESULTADOS ALCANÇADOS**

Além da pesquisa exploratória bibliográfica, a fim de se buscar informações sobre o bairro de Santa Felicidade (bem como o turismo e o desenvolvimento social do local), informações da região e das ações que estão sendo feitas ou planejadas no local; também foi realizado um levantamento utilizando amostragem probabilística composta por 60 questionários aplicados junto à população do bairro de Santa Felicidade, um universo de 25.759 pessoas (prefeitura de Curitiba, 2004), sendo 30 questionários aplicados em uma quarta-feira no período da tarde; e 30 na quarta-feira, período da manhã, no terminal de ônibus e ao longo da parte central do bairro. Com isso, pôde-se analisar grupos distintos viventes no bairro (devido à diferença social existente nas regiões pesquisadas) ao longo do horário comercial de um dia da semana, buscando assim moradores que permanecem mais tempo na região, que conhecem melhor a realidade do bairro. A amostra, composta de 60 questionários, possui um tamanho relativamente bom, com uma abrangência que pode englobar várias partes do bairro.

Além deste levantamento foram realizadas três entrevistas semi-estruturadas, uma com a representante da FAS na regional de Santa Felicidade, outra com uma representante da ACISF e a terceira com um representante do Instituto Municipal de Turismo de Curitiba. Felizmente houve plena colaboração dos entrevistados, que deram uma real idéia da importância desses órgãos no bairro, com seus defeitos e suas qualidades, além da relação entre esses.

Foram realizadas duas entrevistas com a secretária da ACISF, Sra. Hilda Serenato, na sede da entidade, que tem como funções a prestação de informações a turistas e servir de porta-voz da associação, entre outros. O assunto discutido foi, basicamente, sobre a visão dos empresários associados quanto ao turismo da região, bem como a relação entre a associação e a prefeitura.

Quanto à ACISF, a representante sempre frisava a importância que esta possui para a economia do bairro, bem como suas realizações. Percebe-se que a associação tem boa representatividade e relativo poder em busca dos interesses de seus associados. Foram citadas como realizações a construção do Portal de Santa Felicidade, o Natale Felice 2004, a Festa do Frango e da Polenta, além de outros eventos, que atraem público estimado de 75.000 pessoas por ano (ACISF, 2004). Ressalta-se que os investimentos para essas realizações são predominantemente privados, segundo a entrevistada.

A entrevistada destacou ao longo da conversa o relacionamento entre a ACISF e a prefeitura de Curitiba. Em alguns momentos da entrevista foi citada a prefeitura como a principal responsável pelos problemas do bairro e inviabilização de projetos, já em outros deixava-se transparecer que, em alguns momentos, houve intervenção e ajuda do poder público.

Houve reclamação que muito do comércio de hoje em Santa Felicidade não mais pertence a moradores da região, caso dos restaurantes Toscana, Santa República e Challet Suisse, por exemplo. Além disso, os próprios restaurantes não possuem projetos de responsabilidade social, e muitos dos empregos gerados pelo turismo no bairro não vão para

pessoas da região, por falta de projetos de inclusão destas pessoas, segundo a entrevistada. Geralmente nos restaurantes os cargos disponíveis para emprego são para pessoas menos qualificadas, já que cargos maiores são exercidos pela própria família dona do empreendimento.

Outro problema que ocorre diz respeito às vinícolas. As quatro maiores produtoras de vinho do bairro (Durigan, com produção de 170 mil litros por ano; Dall'armi, com produção de cerca de 120 mil litros por ano; Santa Felicidade; e Madalosso) compram integralmente suas uvas do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e/ou oeste do Paraná. Os grandes parreirais da antiga colônia hoje se resumem a sete pequenas vinícolas (chácaras Mocelim, Miola, Benato, Guata, Lucas, dos Valle e Budel), que produzem basicamente para consumo próprio de seus proprietários. Assim sendo, reduziu-se a oferta de emprego regional, apesar da presença dessas grandes vinícolas.

Em compensação, uma boa iniciativa que ocorre em Santa Felicidade ocorre no Colégio Estadual Pinheiro do Paraná, localizado no Jardim Pinheiros, que oferece curso técnico profissionalizante em Turismo. Este curso foi instalado no início do ano de 2005, com duração de três semestres nos períodos matutino e noturno, sendo ministrado de forma gratuita.

Além desta, foi realizada entrevista junto com a representante do FAS na regional de Santa Felicidade, a Sra. Marli. A Fundação de Ação Social (FAS) é o órgão da prefeitura responsável pelas políticas sociais na cidade, estando presente em vários pontos de Curitiba através, dentre outras formas, pelas Ruas da Cidadania, como a que existe em Santa Felicidade. Ficou explícito na entrevista o fato de, apesar de o FAS promover uma série de programas visando a inclusão social e qualidade de vida, esta não utiliza o turismo como uma forma de se chegar a esses objetivos, muito por falta de interesse ou por falta de experiências com resultados satisfatórios. A prefeitura geralmente costuma tratar o turismo mais como uma ferramenta de se incrementar a economia da cidade, não como meio de inclusão social, o que de certa forma é compreensível, já que há órgãos, como a FAS, que cuidam de programas sociais de forma mais específica e direcionada.

Foi mostrado que os projetos desenvolvidos pela FAS são baseados em três pilares principais: a geração de renda, profissionalização e empreendedorismo; a proteção à criança e adolescente; e a proteção ao idoso. Em relação ao primeiro pilar, temos como exemplo os projetos Liceu de Ofício (cursos para pessoas de baixa renda), Curitiba minha Casa (trabalha com famílias com crianças de até 6 anos com oferta de cursos) e SAC (utiliza verba federal e serve para promover atividades socioeducativas).

Em relação ao segundo pilar, temos como projetos o PETI (Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, onde nos contra turnos das aulas a pessoa tem à disposição diversas atividades e orientação profissional), Rede de Proteção (contra violência infantil), Agente Jovem (utiliza verba federal, é voltado para pessoas de 14 a 18 anos, e consiste no fornecimento de aulas com noções de cidadania e empreendedorismo com duração de 1 ano e com bolsa individual), Liberdade Assistida (voltado à reeducação de adolescente infrator).

Quanto à proteção ao idoso temos os programas SOS Idoso (voltado a idosos em situação de risco), Vale Vovó (fornecimento de cestas básicas a idosos de baixa renda), CATI (Centro de Atividade do Idoso), além de grupos de convivência (na regional de Santa Felicidade há 12 desses grupos). Também há o programa Reabilitação na Comunidade, que busca a inclusão social dos deficientes físicos.

Assim sendo, foram mostradas outras formas de inclusão social com experiências que hoje possuem bons resultados e que de certa forma poderiam até mesmo ser aproveitadas melhor utilizando também o fenômeno do turismo.

A terceira entrevista foi realizada no Instituto Municipal de Turismo de Curitiba, criado no começo da gestão municipal do atual prefeito, após uma série de mudanças



ocorridas ao longo da transição do governo municipal. Essas mudanças incluem a criação da já extinta Secretaria Extraordinária de Turismo pelo mesmo governo, em substituição a antiga Diretoria de Turismo, órgão este atrelado à CIC - Companhia de Desenvolvimento de Curitiba.

Por último foi realizada entrevista junto com o Assessor Técnico da Diretoria de Turismo do Instituto Municipal de Turismo, com o intuito de descobrir quais são os projetos voltados para inclusão social e se há algum em específico para a região de Santa Felicidade. Foi dito que o instituto passa por um processo de estruturação, com mudanças de corpo técnico e de espaço físico, sendo que nesse primeiro ano a verba municipal é destinada somente para manutenção básica do mesmo.

Ao longo da entrevista, foram ressaltadas várias vezes pelo entrevistado que a inclusão social é consequência na implantação dos projetos, não a causa maior e o objetivo primário destes. Além disso, foi ressaltado que os benefícios para a população local são sentidos somente a longo prazo, diferente do caráter imediatista que é cobrado por parte dos cidadãos. A dificuldade de se mensurar os benefícios do turismo é algo que a população geralmente não entende, já que é difícil saber quantas pessoas vieram por causa de uma boa sinalização turística, por exemplo, diferente do comércio, que possui resultados mais imediatos e exatos.

Para o assessor é necessário promover primeiramente um aumento do fluxo turístico regional, onde em um primeiro momento beneficiaria mais diretamente os empresários do *trade*, e de forma mais indireta a população. Um aumento no fluxo turístico provocaria maior crescimento dos estabelecimentos do local, que converteria em mais impostos e, como consequência, mais benefícios e obras para a região. Esse crescimento poderia gerar também maior número de empregos e atrair mais investimentos na região, aumentando também as atenções para o bairro, que provavelmente receberia maior número de intervenções para o bem-estar do turista e da população local.

Quanto aos projetos do Instituto Municipal de Turismo (IMT), o único que foi citado que tinha relação mais direta com a população local foi a de incentivo e capacitação de artesãos (na busca de maior identidade local de seus trabalhos), já que a área de artesanato é de competência do instituto. Dentro dessa ação foram citadas as oficinas que já vêm sendo feitas para capacitação do pessoal de suporte para o turismo, como guardas e taxistas.

Quanto à Santa Felicidade, atualmente não há projetos específicos para a região. Na entrevista foi comentado que o bairro passa por momento difíceis como atrativo turístico, já que como opção gastronômica já vem sendo suplantada por outros pólos existentes na capital. Uma solução que poderia converter essa situação seria a diversificação do produto turístico e o investimento no fortalecimento da identidade italiana do bairro.

A falta de capacitação dos funcionários no comércio local foi outro problema citado, com casos inclusive de desrespeito ao turista. Além disso, a cobrança por parte da ACISF por resultados rápidos dificultou, segundo o entrevistado, o trabalho do Instituto, que visa um planejamento a longo prazo, o que às vezes não é entendido por parte dos empresários locais.

Outro assunto discutido foi o Linhão do Turismo, projeto feito na gestão municipal anterior, do ex-prefeito Cássio Taniguchi. Ressaltou-se que, através do projeto, vários benefícios foram implantados na região de Santa Felicidade e imediações como o Parque Nascentes do Belém, Parque do Atuba, Liceu do Pilarzinho, Natale Felice em Santa Felicidade e a revitalização da Avenida Manoel Ribas. Infelizmente o projeto não foi todo implementado porque a demanda turística não compensava todo o esforço do projeto.

Quanto à pesquisa de campo realizada no bairro, foram respondidos 60 questionários e tentou-se entrevistar os mais diversos tipos de pessoas, em relação à idade, local de moradia, sexo, classe social, na tentativa de apresentar dados que reflitam a realidade do bairro como um todo, não somente um grupo em específico. Das 60 pessoas entrevistadas, 50% eram do sexo masculino e 50% do feminino.

Quanto à idade, nota-se uma boa variação de faixas etárias apesar da maior concentração de pessoas acima de 30 anos, que corresponderam a 75% da amostragem. Boa parte dos entrevistados na pesquisa residia ou no centro do bairro ou no Jardim Pinheiros, um dos locais mais carentes de infra-estrutura da região. 07 pessoas da amostra moram no centro do bairro e 10 pessoas moram no Jardim Pinheiros.

Uma boa variedade de respostas se deu também no tempo de residência no bairro, onde 05 residiam a menos de 05 anos, 18 entre 05 e 10 anos, 17 pessoas entre 11 e 20 anos e 20 a mais de 20 anos no bairro. Os entrevistados, que em sua maioria residem a considerável tempo no bairro são, em boa parte, não descendentes de italianos (39 pessoas), contra 21 descendentes, mostrando que o fluxo migratório em direção ao bairro não é muito recente.

O principal motivo para esses imigrantes terem escolhido Santa Felicidade foi a idéia de qualidade de vida, com 13 citações. Dentre os 60 entrevistados, mais 09 pessoas disseram que escolheram viver no bairro por causa de sua infra-estrutura e 13 pessoas sempre viveram no bairro por causa de suas famílias, que faziam parte da antiga colônia. Houve 25 outras respostas, onde a mais comum era "para acompanhar ou ficar perto da família", com 11 citações. Apesar de 36,66% dos entrevistados terem vindo para o bairro motivados pela idéia de boa qualidade de vida ou pela boa infra-estrutura do bairro, expressiva parte do contingente, 45%, afirmou que o bairro não oferece condições dignas todos os seus moradores.

Mesmo com tantas pessoas achando que o bairro não oferece condições dignas a todos seus moradores, é enraizada a idéia na população que o turismo ajudou no desenvolvimento do bairro e na qualidade de vida de sua população, já que 88,33% dos entrevistados fizeram tal afirmação. As principais explicações que diziam como o turismo ajudou (ou não) no desenvolvimento do bairro foram as seguintes:

#### QUADRO 01 - TIPO DE INFLUÊNCIA DO TURISMO NO DESENVOLVIMENTO DE SANTA FELICIDADE

Desenvolveu o comércio e artesanato.
Organizou e estruturou melhor o bairro.
Com o aumento no número de restaurantes de qualidade.
Gerou empregos.
Ajudou somente os donos de restaurantes.
Somente beneficiou empresários.
Ninguém ajuda ninguém, os empresários só pensam neles mesmos.
O turista não gasta dinheiro no bairro, somente dentro dos restaurantes.
Divulgou mais as belezas do bairro. Se tornou mais conhecido.
Favorece a circulação de capital.
Atraiu moradores pela infra-estrutura do bairro.
Aumentou a quantidade de investimentos, tanto poder público quanto privado.
Enriqueceu os colonos e beneficiou com infra-estrutura o bairro inteiro.
Pequena parte da população se beneficiou com os empregos gerados.

Fonte: Pesquisa de Campo

Com esse resultado, é natural que os moradores achem que ainda se deva investir em turismo no bairro. Apenas 16,66% dos entrevistados acham que não deve mais haver investimentos em turismo no bairro. Apesar da grande maioria dos entrevistados compartilharem da idéia de que se deve continuar a investir em turismo no bairro, apenas 45% se vêem beneficiados de alguma forma pelo fluxo turístico existente na região, ou seja, menos da metade das pessoas submetida ao questionário. A percentagem diminui se apenas levarmos

em consideração os não-descendentes de italianos, 41%. Dentre os descendentes de italianos, a percentagem aumenta para 81%.

O equilíbrio visto na questão anterior não é presenciado na questão que pergunta se o turismo poderia servir como uma ferramenta para a melhoria da qualidade de vida da população. Exatos 90% dos entrevistados afirmam que o turismo poderia exercer essa função, sendo que esta foi a questão onde houve a maior concentração de respostas em uma única opção. O turismo, assim, é visto como um instrumento para melhoria de vida. Para os entrevistados as principais formas que o turismo poderia gerar benefícios são as seguintes:

#### QUADRO 02 – COMO O TURISMO PODE MELHORAR A QUALIDADE DE VIDA DA POPULAÇÃO DO BAIRRO

Ajuda no desenvolvimento do bairro.
Pode ser motivo para construção de mais parques na região e investimentos em lazer.
Gera mais lucro para o comércio regional.
Gera mais emprego para a população.
Políticos poderiam promover melhorias no bairro, ajudando turistas e população local.
Melhorando o transporte coletivo.
Preservando melhor as áreas verdes da região.

Fonte: Pesquisa de Campo

Foi também perguntado quais são os principais problemas e virtudes do bairro. O principal problema, citado 28 vezes, é a violência e falta de segurança no bairro. Com 07 citações cada, também foram lembrados os problemas da falta de saneamento e da excessiva concentração do poder econômico e atrativo do bairro em seu centro, área inicial da antiga colônia.

Dentre as principais qualidades, as mais citadas são a calma e tranquilidade do bairro (07 citações), a qualidade e quantidade de restaurantes (05 citações) e áreas verdes (05 citações). 06 pessoas disseram que o bairro é "bom de morar". Cerca de 66,66% dos entrevistados acham que não houve influência da atividade turística na formação desses problemas e qualidades, enquanto o restante acha que ocorreu essa influência. Para os entrevistados, as principais formas que influenciaram na formação dessas características foram:

#### QUADRO 03 - COMO O TURISMO INFLUENCIOU O BAIRRO

Pelo maior fluxo de pessoas circulando no bairro.
O bairro se torna mais visado por bandidos, o que piora a situação da segurança.
Vários dos benefícios do local ocorreram com a ajuda do turismo.
A região é mais bem cuidada por causa do turismo.
O poder público se preocupa somente com a parte turística do bairro, o seu centro.
Formou-se um chamado "turismo de exclusão" onde os locais não possuem benefícios.
Influenciou positivamente no fortalecimento do comércio no centro do bairro.
A polícia trabalha mais no bairro, por haver mais investimento da prefeitura.
Maior investimento da iniciativa privada.
Somente há desenvolvimento no centro do bairro, o resto do bairro é carente.
Melhor limpeza urbana.

Fonte: Pesquisa de Campo

Vê-se assim com estas pesquisas que um planejamento buscando o trabalho conjunto de poder público e privado, trabalhando com metas com prazos mais longos é uma saída plausível para o turismo do bairro. Na entrevista no IMT ficou clara a necessidade de não se buscar somente o imediatismo dos resultados, mas trabalhar o turismo no bairro como um processo contínuo e com objetivos mais a longo prazo, que em compensação seriam conquistados de forma mais consistente e duradoura.

Infelizmente, fica claro atualmente que o turismo na região não se volta para a população local em sua maioria, mas aos empresários da região que, por meio da ACISF, reivindicam melhores condições no bairro em prol do aumento de renda de seus estabelecimentos.

O aparecimento de favelas e o aumento da violência, constatados pela pesquisa, fizeram com que se acabe com a imagem de colônia bucólica que Santa Felicidade possuía entre muitos que vieram morar na região induzidos pela qualidade de vida e tranquilidade do lugar. Outro erro que acontece diz respeito à divulgação e concentração de esforços, quanto ao turismo inclusive, somente no centro do bairro, o que provoca um aumento ainda maior na desigualdade socioeconômica da região e cria uma imagem ainda pior do turismo entre os moradores, apesar de a maioria ainda ser a favor da atividade.

Outro problema é a subutilização do potencial turístico do local para se tentar reverter essa situação, já que IMT e FAS trabalham de forma isolada uma da outra. Em Santa Felicidade a FAS trata de projetos sociais de forma a não utilizar a realidade do local de produto turístico consolidado em Curitiba, mas somente repete esses projetos na região como em todas as outras regionais do município.

## **PROPOSTAS PARA A INCLUSÃO SOCIAL NO BAIRRO**

Segundo a OMT (2003), "os papéis do setor público (...) são, de forma geral, a política, o planejamento e a pesquisa", além de algumas funções de marketing e fixação de padrões para instalações e serviços turísticos. Portanto, no caso de Santa Felicidade, o poder público tem a possibilidade de implantar diversas melhorias na região, não só para os turistas, mas mesmo para os moradores da região, que possui indicadores socioeconômicos muitas vezes abaixo da média curitibana, como já visto.

A utilização de ONGs para realizar algumas dessas melhorias, como as relacionadas à capacitação e educação, mostra-se bastante válida, já que o poder público tem a possibilidade de concentrar seus esforços em algumas ações, deixando outras ações com as ONGs competentes em determinados aspectos específicos. Com isso há um ganho de eficiência e agilidade no processo de execução das ações propostas.

A seguir serão mostradas uma série de medidas que possuem um custo relativamente baixo para os órgãos públicos (IMT e FAS), que poderão ser implementadas em um prazo de tempo pequeno. Estas primeiras propostas poderão ter resultados a curto prazo: aumento no número de ônibus nos finais de semana ligando os principais bairros de Curitiba a Santa Felicidade (facilitando o acesso do turista ao bairro); capacitação do artesão local; integração da população com a realidade do turismo no bairro (organizando reuniões que poderiam ser presididas por representantes do IMT na regional de Santa Felicidade, da ACISF e da comunidade, e teriam como intuito o fornecimento de informações atualizadas sobre o que ocorre em relação ao turismo no bairro, bem como projetos das iniciativas pública e privada, além de se escutar as reivindicações dos representantes e buscar soluções); uso da estrutura da FAS na regional em Santa Felicidade, que ministra cursos e mantém vários projetos na região, para a conscientização turística, por exemplo. Em programas como o Agente Jovem e o PETI, é possível que haja aulas, com disciplinas da área social, orientando sobre a importância e as alternativas de se beneficiar com o turismo. Além disso, em programas como o "Reabilitação

na Comunidade", voltado para deficientes físicos, cursos de capacitação em artesanato poderiam ser oferecidos, como mais uma alternativa de inclusão social para essas pessoas.

As próximas propostas possuem uma expectativa de resultados mais a médio e longo prazo, sendo necessárias para um desenvolvimento mais equilibrado do turismo no bairro: investir na diversificação do produto turístico (o que se propõe é fazer o bairro ser conhecido como um bairro italiano que também oferece o serviço de gastronomia. Para isso, outros atrativos precisam ser reformados e/ou ser conhecidos do público. Seria possível criar roteiros, como um histórico-cultural, um gastronômico e um rural, por exemplo); parceria com o município de Campo Magro (com o objetivo de se comercializar pacotes utilizando o potencial de ambas as regiões, onde o turista ao mesmo tempo teria acesso ao circuito de turismo rural "Verde que te Quero Verde" e ao turismo de aventura em Campo Magro e os atrativos gastronômicos e culturais de Santa Felicidade); fazer da escola um instrumento de conscientização turística.

De acordo com a OMT (2003), "o setor privado é geralmente responsável pelo desenvolvimento de hospedagens, operações de viagem e passeios e por outros empreendimentos turísticos comerciais e infra-estrutura do local a eles relacionada, por alguns atrativos turísticos e por algumas atividades de *marketing*". Além disso, temos como função do setor privado a auto-regulação de "manutenção dos padrões de qualidade da indústria turística através de associações turísticas do setor privado".

Em Santa Felicidade, apesar de um certo desenvolvimento do turismo e da representatividade da ACISF, o setor privado ainda tem muito o que se desenvolver em prol da coletividade, não só dos empresários da região, mas do bairro como um todo. A seguir serão mostradas algumas propostas que podem ser implementadas a curto prazo, sem maiores ônus para a classe empresarial local: contratação de um profissional de turismo para a ACISF (a função deste seria a de propor novos produtos turísticos na região, analisar pontos positivos e negativos do turismo regional, procurar parcerias com outros órgãos público e privado, ser o representante da associação frente ao IMT, entre outros); complementaridade nos cardápios dos restaurantes; o turismo possuir uma coluna permanente nos jornais distribuídos no bairro (é importante para a divulgação das notícias do *trade* no bairro, além de ajudar na conscientização, com divulgação da importância da atividade para o bairro, conceitos do turismo, entre outros).

A médio e longo prazo, temos como propostas para o setor privado da região: investir em um melhor material publicitário; fornecimento de guias de turismo locais; e maior investimento em marketing. Nenhuma das medidas citadas faria grande efeito se o público não soubesse da existência delas. Assim, uma boa campanha de marketing, principalmente em jornais e revistas especializadas e internet, é necessária.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Em se tratando de planejamento turístico, existe uma certa dificuldade em criar ações voltadas exclusivamente para a população local, já que é uma tendência tornar como prioridade o aumento no número de turistas, ou sua melhor qualificação. Como foi dito na entrevista com o representante do Instituto Municipal de Turismo, a inclusão social da população é encarada como consequência das ações de marketing, da qualificação do produto e do aumento (ou qualificação) no número de turistas.

Assim sendo, no caso de Santa Felicidade é de preferência que se faça um planejamento que se volte primeiramente para a adequação do produto turístico, ou seja, investir na diversificação de atrativos, qualidade dos serviços e integração do *trade* turístico local. Com isso, o aumento do fluxo turístico e da permanência dos turistas será uma consequência natural do processo.

Hoje em dia, o que ocorre na região, que serve cerca de 160.000 refeições por mês

(ACISF 2005) é o gasto do visitante se resumindo somente às refeições no restaurante. No caso do curitibanos, que correspondem a 54% da fatia do mercado, esse fato tende a se intensificar. Além disso, a concorrência com outros pólos gastronômicos da capital acabam enfraquecendo a atividade na região.

Para tentar resolver esses problemas os setores público e privado precisam trabalhar de forma conjunta, apesar de suas diferentes atribuições, de forma a complementar o outro. Cada setor possui suas funções distintas, sendo que a soma dessas funções abre um leque de opções maior na busca deste objetivo.

A inclusão social da população local é um ponto que cada vez mais deve ser discutido e pensado ao longo do processo de planejamento turístico. Infelizmente, esse objetivo possui menores chances de ser alcançado se a região não possuir um certo fluxo turístico que justifique as medidas. Portanto, em uma região com um fluxo turístico pouco expressivo, primeiramente, medidas para aumento do número de turistas devem ser priorizadas. Dependendo do caso, não o número de turistas que é o objetivo a ser alcançado, mas uma busca por um turista de melhor "qualidade" (que seria aquele que mais se adequa ao público-alvo buscado pelo destino).

Santa Felicidade, apesar do grande fluxo de visitantes que recebe anualmente, não consegue distribuir uniformemente os benefícios da atividade para toda a comunidade do bairro. O centro do bairro, em torno da Av. Manoel Ribas e da Via Vêneto são regiões prósperas e de grande beleza cênica, com uma população vivente de alta renda, além de comércio e serviços mais estruturados do que no resto do bairro.

Pelas alternativas dadas, vimos que somente algumas delas visam de forma mais direta a população local, sendo que o restante diz respeito à qualificação do produto turístico e ao aumento no número e no tempo de permanência dos turistas. Se somente as medidas visando a população fossem tomadas o risco de não surtirem os resultados desejados seria maior, devido ao produto turístico, como um todo, de baixa qualidade e da pouca quantidade de visitantes, entre outros motivos, que seriam basicamente consequência desses dois fatores.

Vimos que a dificuldade de uma maior inclusão social gira em torno basicamente da preferência dos gestores por medidas com resultados a curto prazo, a falta de verba para pôr em prática projetos mais ousados e uma certa falta de visão estratégica dos gestores. No caso dos órgãos públicos, é um erro deixar o caráter social do turismo nas mãos de um único órgão. Se o IMT possui bons profissionais de turismo, a FAS possui bons profissionais da área social, o que nos leva a crer que um estudo multidisciplinar dessa questão é a melhor solução. A operacionalização do turismo local precisa ser feito de modo interdisciplinar e utilizando para isso representantes das partes interessadas.

No bairro de Santa Felicidade notou-se um certo ceticismo por parte da população quanto à importância do turismo para o local, o que é natural já que a população local atualmente pouco participa da gestão do turismo do bairro. A aproximação da comunidade com os órgãos gestores por meio de reuniões e troca de experiências já seria uma forma de inclusão social, ou seja, as pessoas se sentiriam parte efetiva na vida da comunidade, uma parte atuante da sociedade. Esse sentimento cívico é de grande importância no processo de inclusão social, ajudando inclusive numa melhor formação social do cidadão. Muitos dos problemas existentes são decorrentes da falta de diálogo entre as partes envolvidas e da falta de interesse dos mesmos. O interesse na coletividade é algo necessário para um melhor desenvolvimento não de só uma sociedade, mas de seus próprios cidadãos.

Assim, vemos que para essas propostas sejam viabilizadas é preciso, antes de tudo, a união em prol do objetivo de desenvolver a atividade não só por parte de poderes públicos e privado, mas também da comunidade, que não só deve, mas precisa ser beneficiada com a atividade, pela própria realidade de várias localidades do bairro de Santa Felicidade. Para se ter inclusão social na região, além dessa união, é necessário também que as partes envolvidas

(ACISF, população local e os órgãos públicos municipais, a FAS e o IMT) cumpram com suas obrigações e não abandonem responsabilidades, como acontece em mudanças de governo, por exemplo.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BALHANA, Altiva Pilatti. **Santa Felicidade**: Um Processo de Assimilação. Curitiba: Tipografia João Haupt, 1958. 286 p.

BARRETO, Margarita. **Planejamento e Organização em Turismo**. 5 ed. Campinas: Papirus Editora, 2000. 101 p.

BRAIDO, Jacir Francisco. **O bairro que chegou num navio - Santa Felicidade**. Curitiba: Editora Lítero-Técnica, 1978. 93 p.

DEMO, Pedro. **Combate à pobreza**: desenvolvimento como oportunidade. Campinas: Autores Associados, 1997. 212 p.

\_\_\_\_\_. **Cidadania Pequena**: Polêmicas do nosso tempo. Campinas: Autores Associados, 2001. 118 p.

KLUGE, Maria Fernanda Maranhão. **O Vêneto não pode morrer!**: um estudo sobre restaurantes, rituais e (re)construção da identidade italiana em Santa Felicidade. Curitiba, 1996. 186 p. Dissertação de Mestrado - Curso de Antropologia Social, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná.

LANDIM, Gislaine. **I Ciclo de Debates**: Turismo e Inclusão Social. Fortaleza: Editora INESP, 2003.

MAGALHÃES, Cláudia Freitas. **Diretrizes para o Turismo Sustentável em Municípios**. São Paulo: Roca, 2002. 187 p.

MONTENEGRO, Thereza. **O que é ONG**. São Paulo: Brasiliense, 1994. 88 p.

NASCIMENTO, Maria Elenita; SILVA, Dilcéia. **Ações Estratégicas para Inclusão do Turismo como Fator Social**. Brasília: Centro de Excelência do Turismo, 2004.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE TURISMO. **Guia de Desenvolvimento do Turismo Sustentável**. Porto Alegre: Bookman, 2003. 168 p.

SILVA, Itamar. Construyendo espacios de seguridad desde las favelas. In: LORRAÍN, Sara (org.). **Alternativas Vivientes**: Experiencias y Propuestas Ciudadanas Frente a la Globalización. Santiago do Chile: LOM Ediciones, 2004. p. 115-119.